

# folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

## Bibliotecas, Cultura e Memória: possibilidades e desafios

Vitória Gomes Almeida

Izabel França de Lima

ARTIGO

### Resumo

Apresenta algumas reflexões acerca das bibliotecas na contemporaneidade e seu reconhecimento em âmbito institucional, expresso através das políticas públicas. Objetiva compreender como se configura a relação entre bibliotecas, cultura e memória na história das políticas culturais brasileiras. Realiza o estudo por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando os dados de censos e relatórios sobre bibliotecas. Constata a existência de muitas dificuldades e barreiras para o alcance das metas propostas nas políticas, se fazendo necessária a garantia da autonomia dessa instituição enquanto equipamento cultural, para o cumprimento de sua missão de colaborar com a preservação e disseminação da informação e do legado cultural dos indivíduos na sociedade.

**Palavras-chave:** Bibliotecas. Ações Culturais. Memória. Políticas Públicas Culturais.

Library, Culture and Memory: possibilities and challenges

### Abstract

It presents some reflections about libraries in the contemporary world and their recognition in the institutional sphere, expressed through public policies. It aims to understand how the relation between libraries, culture and memory is configured in the history of Brazilian cultural policies. It carries out the study by means of bibliographical and documentary revision, using census data and reports on libraries. Notes the existence of many difficulties and barriers to the achievement of the goals proposed in the policies, making it necessary to guarantee the autonomy of this institution as a cultural equipment, in order to fulfill its mission of collaborating with the preservation and dissemination of information and the cultural legacy of Individuals in society.

**Keywords:** Libraries. Cultural Actions. Memory. Cultural Public Policies.

## 1 Introdução

Falar de bibliotecas, sua importância, atribuições, possibilidades e desafios existentes na contemporaneidade é uma tarefa complexa e onerosa, haja vista dentre outros fatores, sua existência milenar e missão de proporcionar acesso e uso da informação para os indivíduos com interesses e necessidades diversas.

Apesar da complexidade da tarefa proposta e da impossibilidade de esgotá-la em algumas poucas laudas, o conhecimento do enfrentamento que essa instituição social tem passado diante de novos paradigmas, necessidades de informação, precarização por falta de recursos e políticas efetivas, por exemplo, traz a constatação se fazer necessária a discussão e proposição de ações e alternativas para a resolução de suas problemáticas e desafios.

Apesar de ser um debate a muito já explorado e problematizado na literatura, esperamos corroborar com novas reflexões, questionando a relação de cultura e memória no âmbito das bibliotecas, sobretudo as públicas, no sentido de compreender

como se configura essa relação e como se desenrola seu reconhecimento em âmbito institucional, expresso através das políticas públicas.

Para isso, a análise documental das recomendações e das políticas adotadas no Brasil, bem como das avaliações expressas em censos e relatórios além do suporte de uma revisão bibliográfica, são essenciais enquanto ferramenta metodológica. As inquietações, observações e considerações possibilitadas com esse estudo, seguem desenvolvidas nas seções abaixo. Abordada enquanto um lugar de memória e como patrimônio cultural (SILVEIRA, 2007; SILVA 2013), trabalharemos com a dimensão cultural que a biblioteca abarca e seu reconhecimento institucional pela via das políticas públicas culturais.

## 2 *Bibliothke*: Uma Instituição Milenar no Século XXI

Percorrer o significado etimológico das palavras pode ser o primeiro passo numa busca epistemológica ou ontológica, porém quando esse objeto de estudo se refere às bibliotecas, começar por esta questão demonstra quão gigantesca é a distância entre o surgimento das bibliotecas e suas primeiras concepções, para sua condição na atual conjuntura.

Enquanto sua origem remonta a ideia de depósito de livros, oriundas da junção das palavras gregas *biblion* e *têke*, a evolução histórica e conceitual do termo, demonstra a incorporação de uma abrangente carga semântica, que na atualidade se expressa numa extensa diversidade de serviços, práticas e atribuições desenvolvidas por essa instituição.

Curiosamente, apesar de suas intensas transformações e do seu reconhecimento no âmbito da literatura especializada e das políticas públicas (ainda que poucas) estabelecidas, a biblioteca enquanto uma instituição social e “diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pelos homens [...] que nutrem e valorizam nossa cultura e nossa memória coletiva” (SILVEIRA, 2007, p. 44), ainda permanece dentro de moldes positivistas quando observada num contexto mais amplo, como no cenário brasileiro. Sobre essa questão Silva (2013, p. 27) disserta,

Ponderamos que a biblioteca a partir de uma concepção narrativa e seletiva representa um conceito eminentemente positivista. Primeiramente, pelo fato de constituir uma percepção ad infinitum de que a biblioteca deve se ater apenas aos fatos específicos, sem uma concepção mais ampla e integrada da história e uma preocupação mais definida com as causas e origens dos fenômenos e processos da realidade. Em segundo lugar, o ideário narrativo da biblioteca pode primar pelo acesso à informação a grupos específicos, de acordo com conveniências, em detrimento de outros grupos com necessidades de informação mais carentes e latentes. Em terceiro lugar, a biblioteca é vista como um espaço estanque e imóvel em que cabe à comunidade de usuários a opção de acesso e uso do acervo e dos serviços da biblioteca, sem uma preocupação mais efetiva da biblioteca em buscar adequações às necessidades de informação dos usuários.

A crítica trazida em nada tem a ver com os papéis assumidos pela a biblioteca contemporânea, concebida como um espaço de democratização da informação, presentes nos mais variados suportes - impressos, eletrônicos, digitais, virtuais, imagéticos, iconográficos, musicais, entre outros - mas que levam a pensar essa instituição como um local que introduza “projetos culturais, atendendo ao seu objetivo de disseminar a cultura e a leitura aos seus usuários” (BERNARDINO; SUAIKEN, 2011, p. 31).

Na verdade, é a observação da precarização em que a biblioteca se encontra submetida, cujas causas não se encontram na instituição em si, mas em um conjunto de fatores externos, que levam a permanência desse quadro. Nos três pontos mencionados por Silva (2013), e fazendo um paralelo para com a história das políticas culturais brasileiras, verificam-se como estas colaboraram para a permanência das bibliotecas dentro dos moldes positivistas mencionados pelo autor.

Nessas bibliotecas, a precariedade do acervo é crônica. O público tem interesse diversificado e não há correspondência entre esse desejo e as obras disponíveis. Quanto maior for a heterogeneidade do público, maior será a dificuldade de formação de acervo. As cidades, mesmo as menores, mostram uma diversidade sociocultural complexa. Nelas habitam classes sociais diferentes, grupos com escolaridade diversa, interesses múltiplos que se multiplicam pelas faixas etárias. A possibilidade que tem uma biblioteca municipal de oferecer acervo que atenda a interesses de adultos e crianças, doutores, alfabetizados e analfabetos, operários, donas de casa, adolescentes e de outras categorias é, estatisticamente, diminuta. [...] Os acervos impróprios – aqueles que não se relacionam com o público ao qual se destinam – foram criados em décadas, de forma fortuita, sem previsão, sem planejamento (MILANESI, 2013, p. 62).

Falar da criação imprópria de acervos remete a discussão da história das políticas culturais brasileiras, cujo marco de surgimento tem início na Era Vargas, 1930 a 1945, direcionadas para fortalecer o Brasil enquanto Estado nacional e implementadas, sobretudo, visando legitimar o regime recém-instituído.

Entretanto, não se pode falar ainda de políticas voltadas para as bibliotecas. A criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937 significou a implantação de ações que tinham como foco a estruturação do sistema empresarial do livro no cenário brasileiro.

Dentre das diversas ações desenvolvidas estava à edição de obras literárias, elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional, além da expansão por todo o território brasileiro, do número de bibliotecas públicas.

Como aspectos positivos para estas, evidencia-se o fato de terem sido implantadas em grande número nos diversos estados brasileiros, porém critica-se a incorporação das bibliotecas ao INL, significando que além das questões relativas às bibliotecas brasileiras se colocava em segundo plano, se comparadas com as questões relativas aos livros e leitura, demonstrava também que a inexistência de políticas para bibliotecas, refletia apenas a falta de autonomia administrativa que essa tinha perante outros órgãos e equipamentos culturais.

Segundo Medeiros, Almeida e Vas (2014), autonomia, ainda que até certo ponto, seria algo garantido ao criar uma política para as bibliotecas, o que certamente não convinha já que se tratava de um governo totalitário. Em contrapartida a publicação de livros apoiada pelo INL servia ao propósito de difusão e o fortalecimento dos ideais do governo Vargas, colaborando com o projeto ideológico estado novista, que objetivava a formação cultural da população através da valorização de,

[...] um *corpus* de ideias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da "democracia racial", que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira [...] O índio, objeto dos livros didáticos, era ainda o nativo encontrado pelos portugueses no século XVI, não o índio degradado pela conquista europeia, que persistia em sobreviver, nos séculos posteriores (ABUD, 1998, p. 3).

Observando esse período histórico, encontramos então a origem de um problema que até hoje se fazem presentes nas bibliotecas brasileiras, e que surgem por meio da atuação do INL: os acervos impróprios criados sem planejamento e sem preocupação com as necessidades de informação dos usuários; esse órgão ganha destaque pelos números que o acompanham: em 1938 registravam-se 178 bibliotecas públicas em todo o país, e sete anos depois esse número saltou para 332; Durante esse período foram distribuídos mais de 259 mil volumes, uma média de 781 por biblioteca; Ou seja, a preocupação do INL concentrou-se, na ampliação do quantitativo de bibliotecas e acervos em detrimento da oferta ao leitor de mediação adequada para o acesso ao livro e o desenvolvimento dos hábitos de leitura (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014).

Nos anos seguintes, permanecem sem grandes alterações as ações governamentais para as bibliotecas, tendo apenas em 1961, a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB) cujo foco estava voltado para organização e controle bibliográfico, através da criação, organização e estruturação das bibliotecas públicas no Brasil.

Entretanto, "vale ressaltar que o interesse com os aspectos de incentivo à leitura ainda se encontrava distante das decisões governamentais. No Brasil, a inconstância das leis e decretos é notável" (CALDAS; TÁLAMO, 2007, p. 3), o que levou a uma curta duração dessa ação, sete anos, antes de o SNB ser submetido a grandes mudanças em sua política interna e estrutura, pós-golpe de 1964.

Com o período da ditadura militar, seguem-se anos de grande repressão política e ideológica, assim como se percebe a existência de um mercado que, como coloca Ortiz (2006) incorpora tanto empresas privadas como instituições governamentais, na qual se verifica uma expressiva expansão no que tange à produção, distribuição e consumo dos bens culturais.

O INL surge com novas atribuições se comparado com sua primeira fase de atuação voltado para estruturação no sistema empresarial dos livros, através da publicação (com ênfase nos didáticos) dos que eram aprovados pela censura, proporcionando assim, estímulos ao trabalho de editores e bibliotecas, contudo, sem desenvolver de fato uma política pública para elas (LEITÃO, 2010).

As bibliotecas, que continuaram ligadas ao Instituto por meio da incorporação do SNB, foram marcadas por uma política descontinuada, passando por três diferentes gestões, em que se destacam: preocupação com uma política editorial de publicação, regida pela iniciativa privada e guiada pelos critérios da censura; descentralização no modelo de bibliotecas públicas, que leva a propostas de implantação de bibliotecas volantes e de unidades culturais; modificação do papel da biblioteca pública que passam a ter função educativa em lugar da função cultural, com acervos voltados para a pesquisa escolar e criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014).

Nesse período temos então outro momento crucial, para pensar as os acervos e práticas, das bibliotecas: a mudança da função cultural para a função educativa das bibliotecas públicas, em decorrência da reforma do ensino de 1971, evidencia as mudanças que as bibliotecas públicas sofreram, visando atender uma demanda de pesquisa (que na prática não passavam de transcrições dos livros e enciclopédias), procuradas pelos escolares em face da inexistência de bibliotecas nas escolas; antes a biblioteca pública tinha por objetivo aprimorar a vida cultural do município, posteriormente à reforma, para serem tidas como úteis, só deveriam manter o acervo necessário para atender aos escolares (MILANESI, 1983; 2013).

Esse fato remete ao segundo ponto mencionado por Silva (2013), sobre a permanência de um ideal positivista nas bibliotecas, quando coloca que esta pode primar pelo acesso à informação a grupos específicos, em detrimento de grupos com necessidades de informação mais carentes e latentes.

Avançando na história das políticas culturais, temos com o fim da ditadura a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, a promulgação da Constituição em 1988, não significou a possibilidade de estabelecimento de uma nova política cultural no país, apesar do direito à cultura e suas fontes, estivesse garantido em lei. Na prática a adoção pelo governo de uma política neoliberal, cuja lógica girava em torno do fundamento ideológico da cultura como um bom negócio, precarizava todo o campo cultural brasileiro.

No período pós-promulgação da Constituição, apontamos em 1990, a extinção do MinC, da FUNARTE, do SPHAN, Instituto Pró-Memória, Fundação Pró-leitura bem como diversos outros órgãos culturais, sob o governo de Fernando Collor.

Como avanço, temos a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), mediante o Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, como órgão subordinado diretamente a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), vinculado ao MinC. No mesmo ano, a criação do Programa Nacional de Incentivo a Leitura (PROLER) compõe duas grandes iniciativas com o objetivo de promover o hábito de leitura, ainda que:

Não havia uma ligação entre os “bens culturais” contidos na biblioteca pública com ações que levariam a um programa consistente de formação de leitores. Inexistia uma política de leitura vinculada ao acervo existente, apesar do livro trazer consigo a ideia de leitura. [...] (Com relação ao PROLER) detecta-se problemas em que os convênios com instituições públicas e privadas são necessários para que este programa dê certo. Não se percebe uma responsabilidade do Governo em implantar e consolidar um Programa de Leitura, sustentado por ele mesmo. O Governo repassa para a sociedade a responsabilidade em manter e implantar programas de leitura no país (CALDAS; TÁLAMO, 2007, p. 4).

Somente com a gestão de Gilberto Gil de 2003 a 2006, pode-se falar de uma real construção do MinC, que teve sua estrutura reformulada e o início de um diálogo com a sociedade, por meio de consultas populares (CALABRE, 2015). Dessa gestão, o Programa Livro Aberto iniciado em 2004, foi o responsável pela ampliação do número de bibliotecas públicas, bem como por modernizar as que já existiam.

Em 2005, ocorre a I Conferência Nacional de Cultura, com ampla participação de diversos setores da sociedade e que cujos diálogos geraram diretrizes presentes no Plano Nacional de Cultura (PNC), que foi aprovado por meio da lei nº 12.343/2010,

com o objetivo de “orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil” (BRASIL, 2011, p. 140).

Dentre as instituições culturais, as bibliotecas se fazem presentes direta ou indiretamente no PNC em sete metas, e em onze estratégias e ações, que foram traçadas para garantir a efetivação do PNC, e estão vinculadas aos objetivos de atualização de informações sobre o setor cultural brasileiro, incentivo à leitura, acessibilidade para a fruição cultural e acesso à informação.

Outra política nacional, que também contempla a biblioteca através de ações, vem do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), criada 2006, se divide em quatro eixos principais de atuação: democratização do acesso (privilegio às bibliotecas de acesso público), fomento à leitura e a formação de mediadores (reconhecimento da necessidade de fomentadores que ajudam a criar novos leitores), valorização do livro e comunicação (trabalhar o livro como valor social e cultural e como bem público a se preservar como direito de cidadania), além do desenvolvimento da economia do livro (não separar a leitura de sua base material - o livro em seus vários suportes – cuja base é parte de uma economia da cultura que deve ser apoiada e defendida).

Com o PNC e o PNLL, constituem-se então duas políticas nacionais de relevante amplitude, que pela primeira vez na história das políticas públicas de cultura no Brasil, priorizam ações para com a biblioteca de forma tão desafiadora e complexa, partindo do reconhecimento dessa instituição e das múltiplas possibilidades que possui na contemporaneidade.

Em paralelo destacamos também o projeto Mais Bibliotecas Públicas<sup>1</sup>, por meio de um convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), em que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas desenvolve desde 2013, mobilizando e articulando entre os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) e as lideranças locais que participam da construção dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, assim como instituições não governamentais e coletivas, em prol da ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil.

Entretanto, apesar de todas essas iniciativas, dados de pesquisas como do Censo Nacional de Bibliotecas Públicas (CENSO..., 2010) e a última edição da pesquisa Retratos da Leitura (INSTITUTO..., 2016) fazem um diagnóstico provocador: as bibliotecas públicas têm média de 296 empréstimos mensais, com frequência de usuários que não chega a duas vezes semanais e em sua maioria, 88%, não oferecem atividades de extensão.

Dentre as formas de acesso a livros, apenas 7% dos entrevistados conseguem via empréstimos de bibliotecas públicas ou comunitárias. Outro dado importante a ser considerado, é a relação entre os livros lidos e a renda familiar dos leitores e não-leitores: quanto maior a renda familiar, maior a porcentagem do índice de leitores. Em paralelo, o acesso aos livros no caso de compra, tem como primeiro critério estabelecido, a dependência do custo das obras (INSTITUTO..., 2016).

Outro ponto a ser observado, é relativo a pergunta dos motivos dos entrevistados não terem lido mais, em que 8% disseram que se deve ao fato de não haverem bibliotecas por perto, 7% acha o preço de livro caro, 5% não tem dinheiro para comprar livros e 3% afirma não ter um lugar apropriado para ler (INSTITUTO..., 2016).

Correlacionar todas essas informações, permite dizer que a existência de mais bibliotecas, sanaria as necessidades de informação dessa parcela da população que muitas vezes deixa de ter acesso aos livros, por questões financeiras.

Na pesquisa, evidenciou-se também a visão que a maioria dos brasileiros tem desse equipamento cultural, ao associá-la a um espaço de estudo e pesquisa (71%) que é voltado para estudantes (26%); entre os entrevistados, 41% afirmou não encontrar aquilo que busca e dentre as razões que os fariam frequentar mais esse espaço está no fato de a biblioteca ter mais livros ou títulos novos (32%), ter títulos interessantes (22%) e desenvolver atividades culturais (15%) (INSTITUTO..., 2016).

Ou seja, os três primeiros motivos apontados na pesquisa, como potenciais para a elevação do público da biblioteca, se relacionam diretamente ao seu acervo e a existência de atividades culturais.

<sup>1</sup> <http://snbp.culturadigital.br/projetos/maisbibliotecaspublicas/>

A pesquisa que também questionou os entrevistados, sobre as atividades desenvolvidas em seu tempo livre, e revelou altos índices para o uso da Internet no computador ou no celular, gastos em redes sociais como WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram ou assistindo vídeos ou filmes.

Refletindo então acerca da biblioteca do século XXI e seus paradigmas, Targino (2010) nos lembra de que o avanço científico e tecnológico tem sempre a sociedade como referência, incorporando mudanças sociais, econômicas e culturais, e no âmbito das bibliotecas devem ser considerados três fundamentais elementos: a biblioteca enquanto uma instituição essencialmente social está sujeita a todo e qualquer processo de transmutação na sociedade cabendo a ela independente de qualquer fator, maximizar a utilidade social dos registros gráficos ou eletrônicos, visando salvaguardar a identidade e a memória da cultura nacional e local.

Segundo, em qualquer circunstância e em qualquer área de atuação, não se excluindo a CI (ou a Biblioteconomia), princípios “verdadeiros” em determinados períodos são modificados ou substituídos diante de novas descobertas. Terceiro, que segundo ela merece um maior destaque, é que antes de qualquer elemento, é a ação profissional e governamental que determina a atuação das instituições:

No momento das decisões, os cortes orçamentários, a designação de servidores imprestáveis ou a indicação de nomes políticos para as chefias dessas instituições desmentem as palavras vãs de muitos administradores e governantes. Contra essa postura, não há paradigma que resista à inoperância e ao desvirtuamento das bibliotecas como centros de ação cultural (TARGINO, 2010, p. 41).

Esses elementos juntamente com os dados das pesquisas anteriormente apresentados, nos trazem então a constatação de que as transformações sob a qual a sociedade está envolvida, sobretudo quando referente a questões tecnológicas, requerem uma mudança estrutural, que começa nas salas de aulas dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, esgotando e problematizando a fundo as bibliotecas, suas funções, desafios e possibilidades de atuação de maneira inovadora; no âmbito das políticas públicas, apesar de já se vislumbrar um reconhecimento das bibliotecas nas ações e metas implementadas, ações práticas efetivas que comecem por diminuir o gigantesco fosso existente entre acesso a educação de qualidade, bem como a equipamentos culturais, é que são de fatos necessárias, se quisermos alcançar aquilo que se chama de biblioteca do século XXI.

### 3 Reflexões Finais

*“Sem bibliotecas o que temos?  
Não temos passado nem futuro”.*  
Ray Bradbury

A relação cultura e biblioteca podem ser expressas, na compreensão dessa instituição enquanto propiciadora do desenvolvimento cultural humano, enquanto um equipamento cultural, pelos bens culturais que salvaguarda e permite o acesso, e como lugar de manifestação da cultura em suas mais diversas formas.

Com relação à memória, poderíamos sintetizar sem nos preocupar em trazer um rígido levantamento histórico, que esta abarca desde as mudanças dos suportes dos registros do conhecimento até a memória individual e coletiva dos usuários que há milênios usufruem desse espaço e acumulam diversas experiências.

Nesse sentido a biblioteca seria então de um lugar e memória, conceito advindo de Nora (1993), que considerando a memória enquanto algo dinâmico, uma vez que é carregado por grupos vivos e está aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, requer a existência de lugares que contribua para salvaguarda da materialidade simbólica da memória coletiva.

A biblioteca enquanto um lugar de memória abarca essa tripla acepção (materialidade, funcionalidade e carga simbólica) advinda do conceito de Nora (1993), e se configura então como lugares materiais onde a memória social tem a possibilidade de se ancorar e ser apreendida pelos sentidos; enquanto lugares funcionais possuem ou adquiriram a capacidade de alicerçar



memórias coletivas e por fim, são lugares simbólicos onde essa memória coletiva (e sua identidade) se expressa e se revela (NEVES, 2007).

Nesse sentido, falar da história das bibliotecas é remeter indissociavelmente, a história da cultura e do pensamento, como um espaço dialético para a rememoração da história, em que dialogam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade ou não das genealogias e das escolas, a estrutura cumulativa dos campos do saber e do conhecimento, assim como suas fraturas internas e reconstruções (JACOB, 2000).

A constatação dessa instituição em todo seu potencial patrimonial nos confirma quão multidimensionais, ou nas palavras de Silva (2013), multitemporais as bibliotecas podem ser: suas atribuições e possibilidades de atuação vão desde as esferas sociais (por ser um espaço de compartilhamento, encontro, trocas), passando pela educativa (produção do conhecimento), cultural (por congregar por meio de seu acervo e ações, várias expressões e linguagens da cultura) e de memória (por ser um espaço de registro e salvaguarda da produção do conhecimento humano).

Nesse sentido, acreditamos que o atual reconhecimento institucional da importância das bibliotecas por via das políticas culturais, se configura como um avanço e como um mecanismo importante a ser utilizado pelos bibliotecários em todo o país, uma vez que é possível perceber que estas possibilitam integrar de maneira abrangente, sistematizada e continuada, ações que conferem pela primeira vez na história das políticas culturais brasileiras, um papel de destaque para as bibliotecas.

Somado a presença e atuação dos bibliotecários (as) é preciso priorizar a biblioteca pública onde na maioria das vezes não existe uma verba específica e contínua, necessária para a garantia da autonomia dessa instituição enquanto equipamento cultural e o cumprimento de sua missão de colaborar para o desenvolvimento intelectual e cultural dos povos em sua diversidade.

A efetividade da ação dos profissionais, das políticas públicas vigentes e da capacidade de reinvenção dessa instituição, frente às mudanças sociais, econômicas, culturais, políticas e tecnológicas, é que garantirão sua permanência, contribuição e difusão para com a produção do conhecimento e do legado cultural humano para as gerações futuras.

## Referências

- ABUD, Katia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas. **Revista brasileira de História**, 1998, v.18, n.36, p.103-114. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006) Acesso em: 31 dez. 2016.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIKEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.4, p.29-41, out./dez., 2011. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12670/1/2012\\_PapelSocialdaBiblioteca.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12670/1/2012_PapelSocialdaBiblioteca.pdf) Acesso em: 31 de. 2016.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Metas do plano nacional de cultura**. Brasília: MinC, 2011. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS\\_PNC\\_final.pdf/](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/) Acesso em: 31 dez. 2016.
- CALABRE, Lia. Introdução às políticas públicas. In: **Curso de aperfeiçoamento para gestores públicos de cultura**. 2015. Material didático, Universidade Federal do Cariri: Ministério da Cultura, 2015.
- CALDAS, Elaine Formentini; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Biblioteca pública no Brasil: políticas de incentivo à Leitura. In: CONGRESSO DE LEITURA, COLE, 16., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABL, 2007. Disponível em: [http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem02pdf/sm02ss03\\_04.pdf](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem02pdf/sm02ss03_04.pdf) Acesso em: 31 de. 2016.
- CENSO Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fqv-ap-minc-completa79.pdf> Acesso em: 24 dez. 2016.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro. 2016. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf) Acesso em: 31 de. 2016.
- JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.9-17.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18102010-164858/pt-br.php> Acesso em: 31 de. 2016.

MEDEIROS, Valéria da Silva; ALMEIDA, Núbia Régia de; VAS, Braz Batista. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, v. 5, n. 1, p. 42-61, 2014. Disponível em: <https://sistemas2.uft.edu.br:8004/index.php/entreletras/article/view/1039> Acesso em: 31 dez. 2016.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574> Acesso em: 31 de. 2016.

NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de Memória da Medicina no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm> Acesso em: 31 dez. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez., 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acesso em: 31 dez. 2016

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paula: Brasiliense, 2006

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A multitemporalidade da biblioteca. **Revista Interamericana de Biblioteconomia**, Medellín, Colômbia, v. 36, n. 1, ene./abr., 2013, p. 25-34. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0120-09762013000100002](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762013000100002) Acesso em: 31 dez. 2016.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia do Brasil. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CMVL/mestrado\\_fabr\\_cio\\_jos\\_nascimento\\_da\\_silveira.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CMVL/mestrado_fabr_cio_jos_nascimento_da_silveira.pdf?sequence=1) Acesso em: 31 dez. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. v. 20, n. 1, p. 39-48, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/2645/3418> Acesso em: 31 dez. 2016.



## Dados dos autores

### Vitória Gomes Almeida

Mestranda em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Capacitada em Gestão Cultural pelo Ministério da Cultura (MinC) e UFCA. Atua na área de produção cultural, com ênfase em ações voltadas para o incentivo à leitura. Desenvolve estudos e pesquisas sobre os seguintes temas: Informação, documentação, memória e patrimônio cultural.

[vitoriagomesalmeida@yahoo.com.br](mailto:vitoriagomesalmeida@yahoo.com.br)

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/4183194001947492>

### Izabel França de Lima

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Diretora da Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

[belbib@gmail.com](mailto:belbib@gmail.com)

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>



Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Curso de Biblioteconomia

Este periódico é uma publicação do Curso de Biblioteconomia da [Universidade Federal do Cariri](http://www.ufca.edu.br) em formato digital e periodicidade semestral.